

NARRATIVAS FRAGMENTADAS: A CONSTRUÇÃO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

FRAGMENTED NARRATIVES: THE CONSTRUCTION OF THE MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL IN FIELD OF INFORMATION SCIENCE

NARRATIVAS FRAGMENTADAS: LA CONSTRUCCIÓN DE LA DICTADURA MILITAR EN BRASIL EN CAMPO DE LAS CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN

Amanda Dameto Hortencio – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) –

amandadh@estudante.ufscar.br

Zaira Regina Zafalon – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – zaira@ufscar.br

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: O estudo investiga a representação da Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil, em meio aos 60 anos do golpe que instaurou o regime. O objetivo é analisar como o período da Ditadura Militar no Brasil é recordado e interpretado em estudos no campo da Ciência da Informação. Tendo em vista a análise dessas narrativas, a pesquisa, com abordagem qualitativa e de natureza aplicada, apresenta objetivos exploratórios e privilegia, como procedimento de pesquisa, o mapeamento sistemático de literatura. Destaca-se o impacto da Lei da Anistia de 1979, que impediu a punição dos responsáveis por crimes da ditadura, e como essa legislação afetou a construção das narrativas históricas.

Palavras-Chave: Ditadura Militar. Ciência da Informação. Memória.

Abstract: The study investigates the representation of the Military Dictatorship (1964-1985) in Brazil, in the midst of the 60th anniversary of the coup that established the regime. The aim is to analyze how the period of the Military Dictatorship in Brazil is remembered and interpreted in studies in the field of Information Science. With a view to analyzing these narratives, the research, with a qualitative approach and of an applied nature, has exploratory objectives and privileges, as a research procedure, the systematic mapping of literature. It highlights the impact of the 1979 Amnesty Law, which prevented the punishment of those responsible for crimes during the dictatorship, and how this legislation affected the construction of historical narratives.

Keywords: Military Dictatorship. Information Science. Memory.

Resumen: El estudio investiga la representación de la Dictadura Militar (1964-1985) en Brasil, en medio del 60 aniversario del golpe que instauró el régimen. El objetivo es analizar cómo el período de la Dictadura Militar en Brasil es recordado e interpretado en los estudios del campo de las Ciencias de la Información. Con vistas a analizar esas narrativas, la investigación, de enfoque cualitativo y naturaleza aplicada, tiene objetivos exploratorios y privilegia el mapeo sistemático de la literatura como procedimiento de investigación. Destaca el impacto de la Ley de Amnistía de 1979, que impidió el castigo de los responsables de crímenes durante la dictadura, y cómo esta legislación afectó a la construcción de narrativas históricas.

Palabras clave: Dictadura Militar. Ciencia de la Información. Memoria.

1 INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar (1964-1985) foi um dos períodos mais difíceis da história do Brasil, marcado pela repressão de movimentos sociais e políticos, censura à imprensa e graves violações dos direitos humanos. Sob a justificativa de combater a subversão e promover o desenvolvimento econômico, os militares instauraram um regime autoritário que controlava a vida política e social do país. A resistência ao regime se manifestou em diversas formas, como movimentos estudantis, greves operárias e até luta armada. Nos anos 1980, a pressão por mudanças políticas cresceu, resultando na campanha “Diretas Já” e culminando na eleição indireta de Tancredo Neves em 1985, embora a redemocratização tenha sido marcada por controvérsias, como a Lei da Anistia de 1979, que impediu a responsabilização de agentes do Estado envolvidos em crimes durante o regime.

A maioria dos militares achava que o pacto de elites, feito no fim dos anos 1970 e 1980, continuaria valendo. Qual pacto? O do esquecimento, do silenciamento, do perdão aos militares. Eles achavam que isso era intocável, sagrado. Achavam que isso estava firmado em um tipo de documento, mas isso nunca houve. O que houve foi uma ação da Lei de Anistia, que na época, nas entrelinhas, estava acordado que os militares não deveriam ser julgados e nem tocados. Mas ninguém assinou isso. No final do governo Lula [2011], quando se planejou a Comissão da Verdade, e o governo Dilma implantou, a reação entre os militares foi muito forte. Eles falam sobre isso: se sentiram traídos e amedrontados, porque o impacto poderia ter acerto um ciclo de julgamentos para a corporação militar [...]. (Uzêda, 2024).

A memória desse período continua a gerar debates no Brasil, principalmente em torno da questão do direito ao esquecimento e da busca por justiça e reparação. Embora a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, tenha sido um marco importante ao investigar as violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura, o processo de reconciliação com o passado ainda está longe de ser concluído. Muitas famílias ainda buscam respostas sobre desaparecidos e mortos, evidenciando que o trauma causado por esse período autoritário permanece latente na sociedade brasileira. A forma como a Ditadura Militar é lembrada, interpretada e representada é essencial para a compreensão do legado desse período na história contemporânea do Brasil.

Diante desse contexto, a presente pesquisa, ainda em desenvolvimento, busca responder à seguinte questão: como o período da Ditadura Militar no Brasil é retratado no campo da Ciência da Informação? O objetivo geral do estudo é analisar como a Ditadura Militar no Brasil é lembrada e interpretada no campo da Ciência da Informação. Para isso,

propõem-se os seguintes objetivos específicos: caracterizar a Ditadura Militar no Brasil e explicar como os estudos da memória e do direito ao esquecimento contribuem para a compreensão desse período.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Ditadura Militar no Brasil começou com o golpe de 1964, que depôs o presidente João Goulart. O golpe foi liderado por setores das Forças Armadas e apoiado por elites conservadoras, que temiam o avanço de políticas de esquerda e reformas promovidas por Goulart.

Em 2 de abril de 1964, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu, mais uma vez, a presidência da República, por ocasião do golpe político militar que depôs o presidente João Goulart. Apesar disso, o poder de fato passou a ser exercido por uma junta, autodenominada Comando Supremo da Revolução, composto pelo general Artur da Costa e Silva, almirante Augusto Rademaker Grunewald e brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. O regime instaurado com o golpe de 1964 apresentava-se como uma intervenção militar de caráter provisório, que pretendia reinstaurar a ordem social e retomar o crescimento econômico, contendo o avanço do comunismo e da corrupção. (Arquivo Nacional, 2001, p. 11).

O primeiro presidente do novo regime foi o General Humberto de Alencar Castelo Branco, que iniciou uma série de Atos Institucionais para consolidar o poder militar, restringir direitos políticos e civis e centralizar o controle. O Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado em 1968, marcou o auge da repressão com a suspensão de direitos constitucionais, o fechamento do Congresso e a intensificação da censura e da tortura.

O período conhecido como “Anos de Chumbo” foi caracterizado por forte repressão política, perseguição a opositores e violações sistemáticas dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, o regime promoveu um crescimento econômico acelerado, especialmente durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), mas à custa de grande desigualdade social e inflação.

Na década de 1970, a pressão interna e externa por reformas cresceu, levando o general Ernesto Geisel (1974-1979) a iniciar uma política de "distensão" controlada, preparando o caminho para a transição democrática. Em 1979, a Lei da Anistia foi aprovada, permitindo o retorno de exilados políticos e a libertação de presos.

Em 28 de agosto, Figueiredo sancionou a Lei nº 6.683, de iniciativa do governo e aprovada pelo Congresso, anistiando todos os cidadãos punidos por atos de exceção desde 9 de abril de 1964, data da edição do AI-1. O benefício atingiu

estudantes, professores e cientistas afastados das instituições de ensino e pesquisa nos anos anteriores, mas o reaproveitamento de servidores civis e militares ficou subordinado à decisão de comissões especiais criados no âmbito dos respectivos ministérios para estudar cada caso. Outra restrição dizia respeito às pessoas condenadas pelos chamados “crimes de sangue”, atos terroristas cometidos no período em que grupos de esquerda usaram a luta armada para combater o regime militar (Ramos; Costa, [20--]).

A campanha "Diretas Já", em 1984, ponto alto da mobilização popular pela democracia, fez pressão pela realização de eleições diretas. Em 1985, o regime chegou ao fim com a eleição indireta de Tancredo Neves, marcando o início da redemocratização.

2.1 Memória e esquecimento

A memória é um processo fundamental para o funcionamento humano, responsável por armazenar, processar e recuperar informações, sendo crucial tanto para a identidade pessoal quanto para a identidade coletiva. Ela pode ser dividida em categorias, como memória sensorial, de curto e longo prazo, e tipos explícito (consciente) e implícito (subconsciente), influenciando nossa percepção e aprendizado contínuos.

A memória é um dos mais importantes processos psicológicos, pois além de ser responsável pela nossa identidade pessoal e por guiar em maior ou menor grau nosso dia a dia, está relacionada a outras funções corticais igualmente importantes, tais como a função executiva e o aprendizado (Mourão Júnior; Faria, 2015, p. 2).

A memória individual não está isolada, sendo influenciada por memórias coletivas, compartilhadas por grupos sociais. Maurice Halbwachs (1990) desenvolveu o conceito de memória coletiva, destacando que nossas lembranças são moldadas pelos grupos aos quais pertencemos. Essa memória coletiva se perpetua por meio de rituais, símbolos e tradições, sustentando a coesão e identidade cultural.

Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros, ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio (Halbwachs, 1990, p. 54).

No entanto, o esquecimento desempenha um papel importante nesse processo. Embora muitas vezes visto de forma negativa, ele pode ser um mecanismo adaptativo, permitindo superar traumas e focar no presente. O esquecimento coletivo pode ser

influenciado por silenciamentos, quando eventos ou narrativas são intencionalmente omitidos do discurso público, seja por razões políticas ou ideológicas.

Se tomarmos como exemplo desse tipo de uso os pactos de anistia passíveis de serem analisados ao longo do tempo, concluiremos que esse tipo radical de pacto de esquecimento mútuo onde ambos os lados envolvidos em um conflito são postos a esquecer dos acontecimentos traumáticos a fim de trazerem à tona apenas as lembranças que levem à formação de um imaginário positivo de futuro e paz. As dores e as mágoas dos conflitos, ao serem silenciadas, deverão ser esquecidas, guardadas nas profundezas da memória de reserva para, talvez, emergirem num momento oportuno. Quem quebra a anistia pode ser considerado um contraventor da paz. (Potier, 2017, p. 17).

Esse silenciamento afeta a forma como a história é lembrada e pode alienar indivíduos de suas próprias memórias e identidades culturais. A luta contra o esquecimento e o silenciamento é essencial para garantir uma memória coletiva justa e inclusiva, que reconheça as vozes marginalizadas e preserve uma visão mais completa da história.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota métodos qualitativos devido à sua capacidade de proporcionar uma compreensão profunda e contextualizada dos fenômenos sociais. Diferente dos métodos quantitativos, os métodos qualitativos focam em explorar detalhadamente as experiências e percepções dos participantes, respeitando as particularidades dos fenômenos investigados.

A pesquisa qualitativa [...] é concebida como uma abordagem de produção de conhecimentos e um modo de olhar-observar, indagar, buscar e encontrar (às vezes não encontrar, pois isso também é objeto de análise), descrever, analisar, interpretar e compreender o mundo humano. Sabemos que esse ato de pesquisar pode ser realizado como um exercício pessoal ou compartilhado. Independentemente disso, será norteado pela indagação diante da realidade (Martins; Ramos; Melo, 2015, p. 29).

A pesquisa qualitativa é apropriada para desvendar a complexidade das interações humanas e dos processos subjetivos. Sua flexibilidade permite ajustar as abordagens conforme o objeto de estudo e as respostas obtidas, capturando a riqueza dos dados de forma mais completa e crítica.

Este estudo tem natureza aplicada, pois busca, além de enriquecer o debate acadêmico, gerar conhecimento útil para a preservação da memória e a educação histórica. Optou-se pela análise de conteúdo como técnica principal para avaliar os dados coletados, permitindo a identificação de padrões e temas recorrentes nas representações sobre a Ditadura Militar.

Foi estabelecido um protocolo de pesquisa que organiza a busca e a análise de publicações sobre a Ditadura Militar no campo da Ciência da Informação, utilizando a base de dados BRAPCI. O critério de inclusão abrange documentos com o termo "ditadura" presente no título, resumo ou assunto, e exportação dos resultados para uma planilha. O rigor metodológico na seleção dos documentos e na organização dos dados é essencial para garantir a qualidade dos resultados. A análise focará em artigos, trabalhos em eventos e livros, fornecendo uma visão abrangente das narrativas sobre a Ditadura Militar no campo da Ciência da Informação.

4 RESULTADOS PARCIAIS

Conforme exposto na introdução deste estudo, a pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento, na qual serão analisados os textos recuperados na base de dados BRAPCI. Por meio dos métodos de pesquisa detalhados na seção anterior, foram recuperados 197 documentos, classificados da seguinte forma: 161 artigos, 35 trabalhos apresentados em eventos e 1 capítulo de livro. Dentre os documentos recuperados, 70 foram incluídos no corpus na análise com base nas palavras-chave, especificamente aquelas que contêm o termo "ditadura"; 37 foram selecionados a partir do título; 89 foram incluídos com base no resumo; e 1 foi excluído por não atender aos critérios estabelecidos na seção anterior (o artigo não apresentou como foco principal o contexto da Ditadura Militar no Brasil). A partir desse conjunto, os documentos duplicados serão removidos antes da realização da análise de conteúdo propriamente dita.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Os presidentes e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

MARTINS, Ronei Ximenes; RAMOS, Rosana Vieira; MELO, Aline Fernandes. Projeto de Pesquisa. In: MARTINS, Ronei Ximenes (org.). **Metodologia de Pesquisa: guia prático com ênfase em educação ambiental**. Lavras: UFLA, 2015. p. 25-39. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/10706>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MOURÃO JÚNIOR, Carlos Alberto; FARIA, Nicole Costa. Memória. **Psychology/Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, p. 780-788, 2015. DOI: 10.1590/1678-7153.201528416. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528416>. Acesso em: 13 ago. 2024.

POTIER, Robson William. Considerações sobre memória, silêncio e esquecimento. *In*: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 11., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017. Disponível em: <https://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares2>. Acesso em: 13 ago. 2024.

RAMOS, Plínio de Abreu; COSTA, Marcelo. **João Batista de Oliveira Figueiredo**. [20--]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-deoliveira-figueiredo>. Acesso em: 13 ago. 2024.

UZÊDA, André. "**Até hoje, parte da sociedade brasileira não sabe que viveu em uma ditadura**", diz historiador. The Intercept Brasil, 03 jan. 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/01/03/entrevista-ate-hoje-parte-da-sociedade-brasileira-nao-sabe-que-viveu-em-uma-ditadura-diz-historiador/>. Acesso em: 13 ago. 2024.